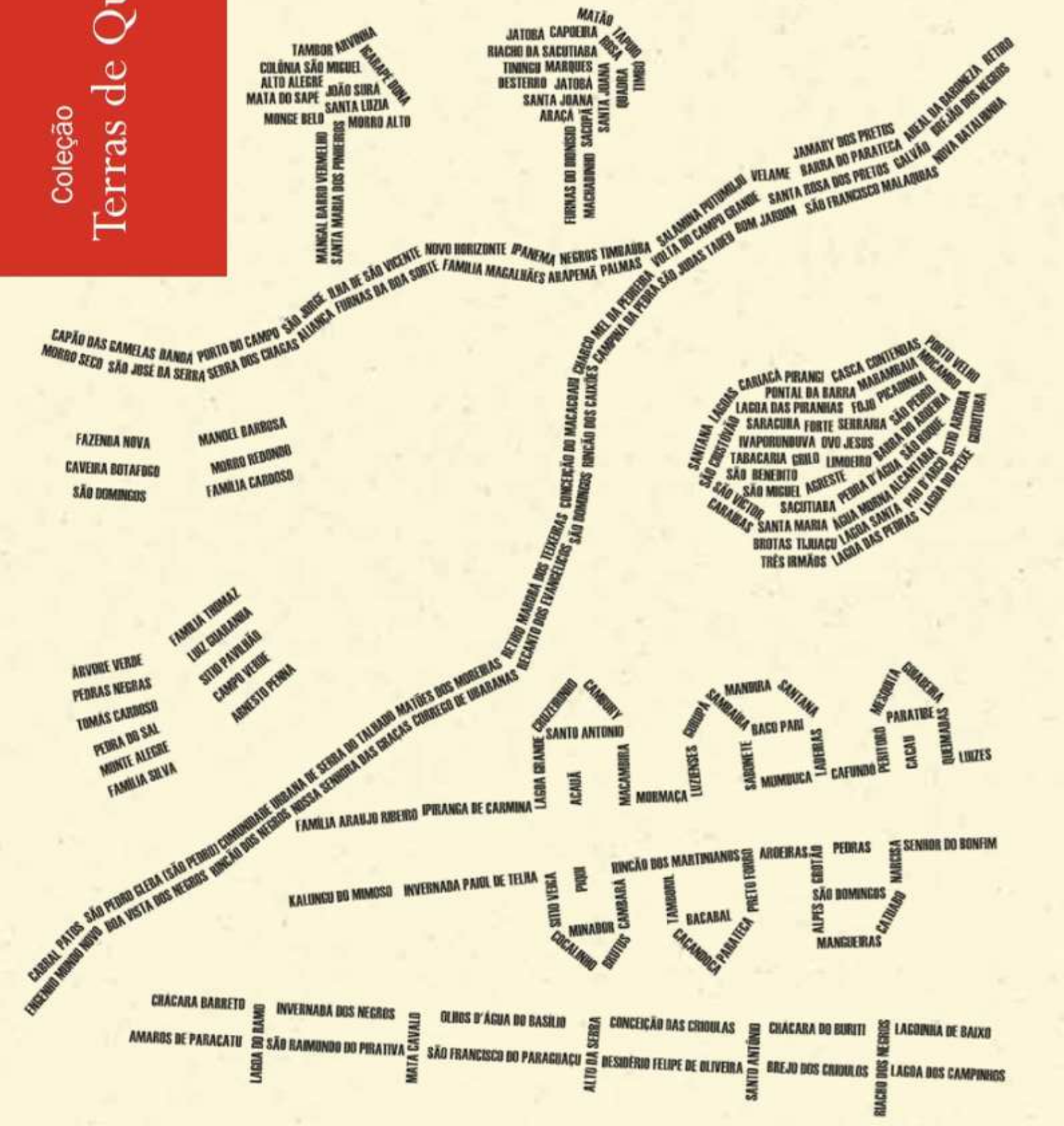
Coleção
Terras de Quilombos
São Paulo

Comunidade Quilombola
Mandira



As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.

Comunidade Quilombola
Mandira

O Quilombo de Mandira é uma comunidade rural cercada pela Mata Atlântica, situada na parte continental do município de Cananeia, no estado de São Paulo, e afastada cerca de dezoito quilômetros da área urbana, que fica na parte insular.

O acesso à comunidade se dá pela saída de Cananeia, atravessando o Mar de Cubatão até o bairro Porto Cubatão. De lá, segue-se pela rodovia SP-226 por quatro quilômetros, até a vila de Itapitangui, de onde surge a estrada de terra do Itapitangui/Ariri, também conhecida como Estrada do Mandira, até o quilômetro 11,5. Outro modo de chegar ao Mandira é pela ponte que sai da ilha de Cananeia em direção à vila do Itapitangui. Lá, pode-se ter acesso à estrada do Mandira, ao longo da qual vivem 24 famílias e mais de 80 pessoas, distribuídas em três vilas.

A comunidade surgiu em 1868, quando o patriarca da família, Francisco Mandira, recebeu de sua meia-irmã, Celestina Benícia de Andrade, o documento do Sítio Mandira, em forma de doação. Francisco era filho do fazendeiro Antônio Florêncio Andrade com uma de suas escravizadas, cujo nome não foi guardado.

Os mandiranos mais velhos contam que Francisco se casou com Tereza, também lembrada como Mamãe Tereza. Dessa união, nasceram dois filhos: João Vicente Mandira e Antônio Vicente Mandira. Com a morte do patriarca da família, os filhos dividiram entre si os 1.200 alqueires (2.900 hectares) que formavam o Sítio Mandira, de modo que Antônio Vicente ficou com o entorno do Salto do Mandira e João Vicente estabeleceu-se no território ao Sul do Salto do Mandira, delimitado pelos rios Acaraú a oeste e Cambupuçava e Serra da Boacica, a leste.

Com o passar do tempo, a família de Antônio Vicente vendeu suas terras e, atualmente, não há contato entre seus descendentes e os atuais ocupantes do território. João Vicente, por sua vez, casou-se com Maria Augusta, com quem teve dez filhos, os quais geraram descendentes que formam hoje a comunidade quilombola de Mandira. São eles que lutam para recuperar o território ancestral.

História do Quilombo

No início da colonização do Brasil, o município de Cananeia, que abriga Mandira, era habitado por indígenas Carijó. Juntamente com o município de Iguape, formava as principais vias de acesso, pelo mar, a outras regiões do país. Servia, além disso, como apoio à penetração no interior da região, principalmente com a descoberta de jazidas de ouro. O povoamento foi rápido e a Ilha de Cananeia foi considerada município já em 1578.

Em Cananeia, a mão de obra escravizada trabalhava na mineração mas, a partir de 1809, o cultivo do arroz despontou, sobretudo com a chegada da família real ao Brasil. Quando o tráfico negreiro

foi abolido e começou-se a usar a ferrovia, principalmente para o escoamento do café, a cultura de arroz entrou em declínio. Hoje, a atividade econômica mais importante tem sido o turismo, graças às belezas naturais da região e à sua importância na história do país.

No interior do Vale do Ribeira, Cananeia se localiza mais especificamente na região denominada Baixada do Ribeira, que compreende, ainda, os municípios de Jacupiranga, Iguape, Eldorado, Juquiá, Pariquera-Açu, Miracatu, Registro e Sete Barras. A comunidade é vizinha da terra indígena Rio Branco de Cananeia, entre as vilas do Itapitangui e do Mandira, a menos de dez quilômetros do território dos mandiranos.

Quilombos do Vale do Ribeira

Existem dezenas de outras comunidades quilombolas no Vale do Ribeira unidas a Mandira na luta pela titulação de suas terras. Essa mobilização singular dos quilombolas do Vale do Ribeira teve início nos anos 1980, quando eles somaram forças contra a construção de quatro hidrelétricas na região.

Mais tarde, devido ao aumento das restrições de uso do bioma mata atlântica e a criação de Unidades de Conservação no Vale, passaram a se articular pela liberdade de cultivo tradicional e pela valorização de seus conhecimentos sobre a terra. Desde então, ainda mais orgulhosos de seus laços históricos e cada vez mais engajados na defesa de seus interesses, os quilombolas do Ribeira desenvolveram em conjunto inúmeras iniciativas, com destaque para seus programas de turismo de base comunitária, o inventário de suas expressões culturais, o projeto de repovoamento do palmito-juçara, o projeto de cultivo de bananas orgânicas e o fortalecimento da agrobiodiversidade de roças e quintais e da comercialização desses produtos através de uma cooperativa criada por eles em 2012.

Com tantos resultados expressivos, os Quilombos do Vale do Ribeira têm se transformado em um exemplo nacional de união e de fortalecimento das comunidades quilombolas em busca de soluções conjuntas para seus problemas políticos, econômicos e socioambientais.

No quilombo de Mandira, as casas estão em terra firme e são, em sua maior parte, de alvenaria, com cômodos de madeiras retiradas da floresta. Lá, se vive da pesca, da coleta de produtos naturais, como palmito, madeiras típicas da região e mariscos,

bem como da agricultura, que foi a sua mais importante atividade de produção e vivência na terra.

Entretanto, face à drástica redução do território original, os mandiranos têm se concentrado, nas últimas cinco décadas, na coleta de ostras, mariscos e caranguejos. Os trabalhos agora transcorrem na área vizinha de mangue, pertencentes à Reserva Extrativista do Mandira. Criada em 2002 pelo Governo Federal, e atendendo aos interesses da própria comunidade, a Reserva garante o uso sustentável dos seus recursos exclusivamente aos mandiranos.

Mandira tem rios e cachoeiras, uma área montanhosa e mata preservada, que cobre grande parte do território. Há muitos macacos, tatus, bugios, quatis, tamanduás, jacus, jacutingas, jacupernas, jacucacas, veados, pacas, cotias, catetos, cachorros do mato, jaguacinins, lontras, onças, macucos, tucanos, tuins, curiós, sanhaços da terra e sanhaços azuis, sairas, pica-paus, corujas, gralhas, maritacas, papagaios, perdizes e urus.

Cachoeira do Mandira.
Fonte: Felipe Leal/ISA, 2010.

Área de mangue e ao fundo serras cobertas pela Mata Atlântica.
Fonte: Homero Moro Martins.

A vida na comunidade

As duas mais importantes comemorações religiosas de Mandira são a Festa de Santo Antônio e a Festa Unidos pela Cana. Nesses acontecimentos, rezam-se missas, cultos e o terço com palavras em latim, no interior da igreja. O Terço Cantado é uma oração tradicional das comunidades do Ribeira e intercala as

dezenas (pais-nossos e ave-marias) com cânticos religiosos. Ele também é rezado em cerimônias de sétimo dia, seis meses e um ano de falecimento.

Na festa de Santo Antônio, padroeiro da comunidade, o Terço Cantado vem à noite, enquanto a missa é rezada na manhã do dia 13 de junho. A concentração começa no centro comunitário, de onde os devotos seguem em procissão até a Igreja de Santo Antônio para a missa. Contudo, é preciso destacar que, no território de Mandira, também há moradores que se declaram evangélicos.

No fim de semana mais próximo dessas datas, realizam-se jogos durante o dia. À noite, há festa com bingo, comida e bebida, terminando com o forró, que vai até a madrugada. Convidados do município de Cananeia e do bairro Porto Cubatão comparecem nessa ocasião.

Outra tradição cultural é o Fandango, expressão musical e coreográfica compartilhada pelas comunidades quilombolas da região, patrimônio cultural dos mandiranos. Em Mandira, há um grupo formado por quatro pessoas da comunidade, que cantam o Fandango acompanhados de viola, pandeiro e rabeca.

Ao longo do século 20, a comunidade viveu da agricultura, a pesca e coleta de vegetais e animais. Os produtos agrícolas ali colhidos serviam ao consumo interno, manutenção da pequena criação de aves

Viola usada no Fandango.
Fonte: Anna Maria Andrade/ISA, 2011.

e suínos, e também para comercialização. Dentre as plantações, destacava-se o arroz, cereal cultivado por vários povos do Vale do Ribeira.

A extração de vegetais para a venda era uma atividade importante nos fins dos anos 1950, com destaque para o palmito, comercializado com as indústrias de beneficiamento em alguns municípios do Ribeira. A caixeta, árvore típica de planícies fluviais, era fornecida a uma fábrica de barris em Cananeia. Outras espécies de madeiras ainda são utilizadas esporadicamente para confeccionar canoas, que servem ao deslocamento entre o porto e os viveiros.

A coleta de ostras surgiu há mais de 45 anos, quando um francês recém-chegado à região passou a comprar a produção da comunidade. Cinco anos mais tarde, surgiram outros compradores, atuando com função de atravessadores, interessados na ostra desmariscada, isto é, já retirada da casca. Desse momento em diante, a comunidade assumiu a coleta de ostras como principal meio de sua autossustentação econômica.

A luta para permanecer no território

O cultivo das ostras pelos mandiranos foi parte de uma estratégia de sobrevivência para enfrentar a redução de seu território, iniciada na década de 1970. A tradição de colocar roça no sistema de coivara (rodízio), que depois da colheita era posta em descanso por um mínimo de três anos, necessitava de vastas áreas de cultivo. O uso comum pelos membros da comunidade era feito sem cercamentos. Todavia, a partir de 1960, a atividade agrícola sofreu restrições impostas pela legislação ambiental. Já na década de 1970, os moradores que resistiram às pressões para vender as suas terras foram obrigados a abandonar as áreas mais férteis.

Isso não aconteceu apenas no território de Mandira. Toda a região do Vale do Ribeira foi cobiçada por especuladores e grileiros. Para Mandira, o fato se agravou por força da possível construção de um prolongamento da BR-101, que desceria pelo litoral sul de São Paulo até o Paraná. Essa estrada cortaria toda a faixa litorânea do sul paulista, onde fica o município de Cananeia.

Por mais que esse projeto não tenha prosperado, deixou um saldo negativo para os quilombolas: redução dos territórios ocupados, especialmente porque muitos mandiranos foram levados a vender suas terras para os novos empresários do litoral sul. Comunidades quilombolas de São Paulo, Bagre e Taquari também foram prejudicadas pela especulação e resistiram à pressão para que abandonassem suas terras. Contudo, já não possuem suas terras originais, o mesmo acontecendo com os herdeiros de João Vicente Mandira.

Esses descendentes, hoje sétima geração do fundador, têm direito à metade do Sítio Mandira, que possuía 1.200 alqueires (2.904 ha). Na divisão, feita há mais de um século, os herdeiros ficaram com uma porção de aproximadamente 600 alqueires (1.344 hectares), localizada abaixo do Salto do Mandira. Viveram, até o ano de 1974, ocupando essa porção do território ancestral.

Naquela época, Amâncio Mandira herdara de seu pai, João Vicente, o status de porta voz legal da comunidade. Cedendo a pressões, ele acabou convencendo a maior parte dos membros da família a venderem as terras a dois negociantes. Depois, o próprio Amâncio quis desistir das negociações, mas os compradores o pressionaram a persistir com a venda.

Os negociantes comprariam metade da área total, ficando a outra metade com os que não aceitaram vender suas terras. As 11 famílias que permaneceram em Mandira acabaram também prejudicados com essa transação, pois no processo de regularizar a propriedade tiveram que ceder aproximadamente 50% de seus domínios aos novos proprietários, os responsáveis pela regularização de toda a área. Além disso, os novos proprietários não permitiram que permanecessem na sua área tradicional e os forçaram a abandonar seus espaços tradicionalmente habitados. Com a imposição da mudança, perderam acesso à porção mais fértil, onde se concentrava praticamente toda a atividade agrícola.

Quando foram obrigados a se mudarem para lotes definidos pelo comprador das terras, ficaram restritos a uma área de apenas 56 alqueires paulistas (135,5 ha). Os mandiranos ficaram impedidos de

fazer uso da área comum para sua tradicional prática agrícola coletiva. Dona Judite Mandira, uma das mais antigas moradoras, relata: “Antes de começar vender terreno, todo mundo era dono, fazia casa onde queria, trabalhava onde queria”.

Ao longo dos anos, alguns detentores desses lotes acabaram por vender suas porções de terra para terceiros e se mudaram com suas famílias para o bairro de Porto Cubatão. Assim, o território ocupado pelos mandiranos se resume a cerca de 22 alqueires (53,2 hectares). O restante de terra firme está, em sua maior parte, nas mãos de um só proprietário.

A resistência e o orgulho de ser quilombo

Por muito tempo, foi comum os mandiranos se casarem com pessoas da própria comunidade. Todavia, esse apreço e respeito pela condição de mandirano nem sempre foi compartilhado com pessoas de fora. Os descendentes de Francisco Mandira relatam muitos casos em que sofreram ofensas e preconceitos. Essas experiências de discriminação têm muito a ver com a construção da estrada Itapitangui-Ariri, por volta de 1975, que trouxe maior contato com o arredor. Crianças e adolescentes mandiranos passaram a frequentar as escolas dos bairros vizinhos e as idas à cidade se tornaram mais frequentes, por exemplo, para adquirir gêneros alimentícios não mais produzidos em abundância no quilombo.

Apesar desses problemas, a relação de irmandade e proteção mútua entre os mandiranos se fez presente. Como diz um morador, “fazia pra um, doía em todos”.

A autoestima do grupo foi fortalecida a partir da sua organização política e econômica. Um exemplo importante foi a criação de uma cooperativa de produção de ostras. Em 1995, foi criada a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Bairro Mandira (REMA). Depois, parcerias com a Fundação Florestal, o Instituto de Pesca e o Centro de Estudos Gaia Ambiental, apoiaram a atuação da REMA.

A inauguração da COOPEROSTRA em Cananeia foi inspirada nas atividades de extração de ostras da comunidade Mandira. Uma das funções dessa Cooperativa é romper com os atravessadores no município. Assim, os produtores conseguem vender seus produtos a preços melhores e, paulatinamente, se estabelecem como fornecedores diretos de ostras no mercado, principalmente para bares e restaurantes de cidades do estado de São Paulo.

Embora impossibilitado de fazer suas roças de forma coletiva e de criar animais, o grupo se mantém graças ao manejo de ostras na Reserva Extrativista do Mandira, área reivindicada com intuito de assegurar o uso adequado do mangue e posterior estruturação dos bancos naturais de ostras. Essa área, adjacente ao território quilombola, tornou-se domínio do Estado com concessão de uso aos mandiranos.

Viveiro de Ostra na Resex do Mandira.
Fonte: Homero Moro Martins.

Quilombolas do Mandira visitam viveiros de ostra embarcados em canoas.
Fonte: Homero Moro Martins.

Outras duas grandes fontes de renda são o turismo e o artesanato, que começaram a se consolidar no quilombo a partir do ano 2000. Com a coleta e os viveiros de ostras, a comunidade começou a chamar a atenção de grupos escolares interessados em desenvolver estudos no local, observar as belezas naturais, notadamente a Cachoeira ou Salto do Mandira, e conhecer a história do grupo.

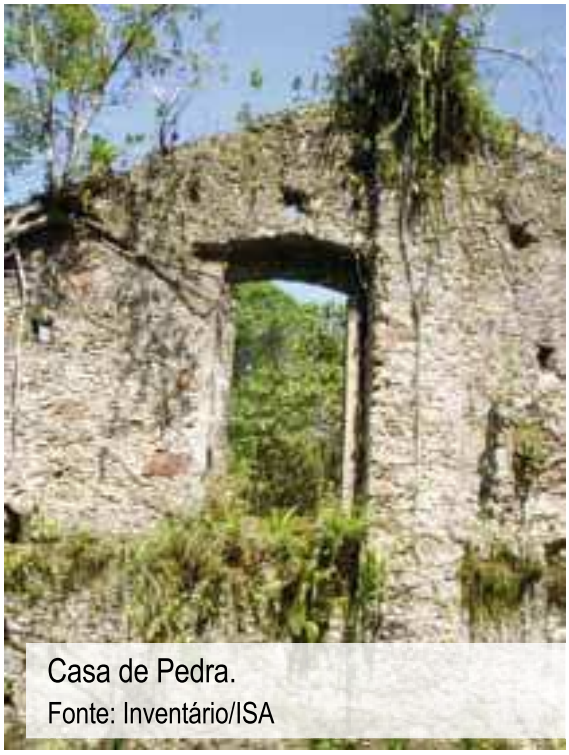
O artesanato é feito com sementes nativas e tecidos, mas vem sendo incrementado com o uso de cipó. São produzidas bijuterias, bolsas, camisetas, camisetas com serigrafia, chaveiros, bonecas, enfeites de pano e almofadas, dentre outros produtos. Tudo isso é comercializado em feiras dentro da comunidade ou em encontros regionais ligados à temática rural e quilombola.

Grupo de mulheres de Mandira – costura e artesanato.
Fonte: Homero Moro Martins

Artesanato produzido e comercializado pela comunidade.
Fonte: Cláudio Tavares/ISA.

Nos passeios turísticos, os visitantes são guiados pelos moradores, em visitas às áreas do mangue; aos viveiros de ostra; pelas ruínas da Casa de Pedra, construção do século 19 utilizada no armazenamento e processamento de arroz; ao sambaqui, sítio arqueológico que comprova a ocupação indígena da costa paulista; à igreja de Santo Antônio, padroeiro da comunidade; e à casa de farinha, feita de pau a pique.

O restaurante e a lojinha de artesanato, planejados no início do ano 2000, fazem parte das ações que valorizam os conhecimentos da comunidade Mandira. Com essas práticas, ao mesmo tempo em que se respeitam os limites dos recursos florestais extraídos pelos



Casa de Pedra.
Fonte: Inventário/ISA

Igreja de Santo Antônio localizado no quilombo Mandira, com cerca de 250 anos. Fonte: Anna Maria Andrade/ISA, 2010.

quilombolas, ganha força o projeto de turismo comunitário lançado em 2012. Conhecido como Circuito Quilombola do Vale do Ribeira, reúne os quilombos de André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro, Sapatu e Mandira, a comunidade mais ao Sul do circuito de turismo.

Em algumas temporadas, há venda de produtos agrícolas cultivados nos quintais, como banana, mandioca e farinha de mandioca. É permanente a dedicação à pesca, que ocorre nos braços do mar que banha o mangue. Pesca-se com anzol de canoa e de vara ou linhada. Já faz tempo que a pesca alimenta os moradores e seu excedente é, vez ou outra, comercializado.

A partir dessas mudanças, os mandiranos se veem responsáveis por tomar importantes decisões e dialogar com outras comunidades e parceiros de trabalho. Assim, o que marca a revalorização do grupo aconteceu quando eles estabeleceram laços com outras comunidades rurais e quilombolas que lutam por seus direitos, que se orgulham de sua resistência na terra e de serem reconhecidos na história nacional como formadores da identidade do país. A mobilização política dos mandiranos tem forte ligação com a consciência de que foram expropriados; essa é uma das bases mais importantes da sua organização social.

Além disso, o quilombo acumulou amplo conhecimento acerca de práticas de preservação da Mata Atlântica e da área de mangue que o circunda. Seus habitantes recriaram formas de viver que incluem as tradicionais atividades nas áreas de terra firme e de mangue, incrementadas por novas experiências de manejo e organização, a partir de sua cooperativa. Tudo isso já não cabe no reduzido espaço físico em que se encontram, o que faz com que eles alimentem a esperança de reaver o território na sua integridade, reparando as perdas sofridas ao longo da história de expropriações. Para garantir a sustentabilidade da comunidade Mandira, é fundamental assegurar o território também na porção terrestre, pois a parte marinha está garantida pela Reserva Extrativista.

Mandira luta para existir de maneira digna aos olhos do mundo. Também luta pela proteção do território que abriga suas vidas, fazeres e uma grande diversidade vegetal e animal em pleno Vale do Ribeira. A expressão “mandirano” é o modo como o próprio grupo se nomeia, indicando um forte laço de pertencimento, construído no decorrer da história do quilombo. Um jeito de identificar aqueles que experimentam a mesma origem territorial e familiar. Às vezes, é difícil dizer se o lugar se chama Mandira por causa dos moradores ou se eles são Mandira por causa do lugar. Terra e gente se misturam e se confundem, desde a fundação do quilombo: “sempre que vocês encontrarem alguém de sobrenome Mandira, saberão que é daqui, que é parente nosso”.

Quilombolas na maré.
Fonte: Homero Moro Martins.

Esta narrativa foi redigida por Aline Neves Rodrigues Alves a partir do Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Mandira/Cananéia-SP, elaborado pela antropóloga Cecília Manzoli Turatti, e com informações adicionais do Relatório de Complementação de Informações para o Relatório Técnico De Identificação e Delimitação (RTID) do Quilombo Mandira – Cananéia/SP

Uma palavra da comunidade

Mandira

O nosso maior sonho é encontrar em nosso território alterativas de vida e subsistência em meio a tantas restrições e alternativas. Queremos nos organizar mais, ter mais alterativas de renda de forma que os mais jovens encontrem oportunidades nas comunidades e que possam voltar e se manter em nosso território. Para que a nossa vida e a nossa história, que são bens mais preciosos que temos, sejam mantidos. Muitas coisas boas aconteceram, nossas maiores conquistas são a publicação do Relatório e assim o reconhecimento como Comunidade "Remanescentes de Quilombo", além de prêmios internacionais pela ONU, e também a fundação da COOPEROSTRA. Em nossa comunidade temos a produção de artesanatos, feitos por homens e mulheres, que trabalham com a matéria prima local, principalmente madeira e cipós, além de outros materiais. Realizamos também atividades na apicultura, mais ainda é recente em nossa comunidade. Desde 2009 estamos no circuito turístico, e a nossa ideia é que junto com outras comunidades recebamos turismo e tenhamos outra fonte de geração de renda.

Recebemos do governo a concessão de direito real de uso por 20 anos para as atividades de extração de ostras. Entretanto, a participação do Instituto Chico Mendes na gestão da RESEX deixa a desejar. Por ser Reserva Extrativista Federal, e ter que seguir Plano de Manejo e gestão através de um conselho deliberativo composto por instituições governamentais, não governamentais e a sociedade civil, é fundamental a presença dos órgãos públicos na área. Existem diversas demandas que não dependem somente da comunidade para executar, como fiscalização, educação ambiental e políticas públicas em geral, que iriam interferir positivamente na comunidade. Sentimos uma ausência tremenda do Gestor do ICMBIO, responsável pela

administração da RESEX, e acreditamos que com maior participação e autonomia a comunidade poderia cuidar melhor do reserva ou mesmo interceder junto ao governo para obter melhores condições sociais e políticas para as comunidades quilombolas.

Nossa subsistência em muitos momentos é difícil, pois com a implantação de diversos parques e reservas que delimitam espaços que antes eram nossos há muitas restrições que interferem nas atividades produtivas como o roçado, por exemplo. Com a delimitação das áreas, tivemos de mudar para áreas piores em termos de agricultura e extrativismo. Além de enfrentarmos também problemas com a extração predatória da ostra. A presença de atravessadores, antes, acabava por nos forçar a vender em grande quantidade por um preço muito baixo, levando assim a depredação do ambiente e redução das ostras. Para resolvermos estes problemas, mesmo que aos poucos, o turismo de base comunitária, a COOPEROSTRA e o artesanato têm nos ajudado.

Também como quilombolas cobramos que nossa terra seja titulada. Nossa comunidade está reconhecida desde 2002 e em outubro de 2015 saiu a portaria de reconhecimento do território, mas ainda estamos aguardando o título da terra.

Rama e feijão plantados nos quintais. Fonte: Homero Moro Martins

Este texto foi escrito por Neimar Mandira e Chico Mandira, lideranças da comunidade, e a equipe de consulta.
Contatos da comunidade: resexmandira@yahoo.com.br e neimandira@yahoo.com.br

Terras de Quilombos

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

A474q Alves, Aline Neves Rodrigues
Quilombo Mandira / Aline Neves Rodrigues Alves. - Belo Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseado no Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Mandira/Cananéia – SP, realizado por Maria Cecília Manzoli Turatti e Relatório de complementação de informações para relatório técnico de identificação e delimitação realizado por André Conde, Homero Moro Martins e Mara Gazzoli Duarte.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Turatti, Maria Cecilia Manzoli. Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Mandira/Cananéia – SP. 4. Conde, Andre. Relatório técnico de identificação e delimitação. 5.Martins, Homero Moro. Relatório técnico de identificação e delimitação. 6. Duarte, Mara Gazzoli. Relatório técnico de identificação e delimitação I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconcepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG NuQ CERBRÁS CES - AL
Quilombolas INCRA CGCPT nead Ministério do Desenvolvimento Agrário GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA